

22 quilombos de SP aguardam posse da terra

Mais de mil famílias de descendentes de escravos podem ser beneficiadas por ação que prevê regularização de áreas, núcleo de Jaó está entre os primeiros a ter projetos orientados por grupo de trabalho

JOSE MARIA TOMAZELA

SORUBÁ - O Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Iestep) está concluindo o levantamento das áreas de quilombos a ser regularizadas, beneficiando mais de mil famílias de descendentes de escravos. As glebas serão registradas em nome das associações que representam os moradores de cada núcleo. As entidades reunir-se-ão com representantes do Iestep

FAMÍLIAS
VIVEM
PRATICAMENTE
ISOLADAS

sexu-feira, em Eldorado. Também está em andamento o convênio entre o órgão e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a desapropriação das áreas particulares ocupadas por quilombos.

Vinte das comunidades identificadas fitam no Vale do Ribeira. Outras duas, o Cafundó, em Salto de Pirapora, e o Jaó, em Itapeva, ficam no sudoeste do Estado. Há pelo menos outras 20 comunidades a serem reconhecidas. "Vamos atalhar todos os casos com base na lei", disse o Benedito Arnandes Matheo, coordenador de um grupo de trabalho criado pelo governo.

O núcleo do Jaó, a 15 quilômetros de Itapeva, pode ser o primeiro a ter projetos orientados pelo grupo de trabalho. Segundo Ariando Gomes, do Iestep, os moradores dispõem de

164 hectares em situação definida. "Vamos aproveitar a estrutura existente para desenvolver um projeto de preservação", Os trabalhos foram construídos em 1995 pelo Estado, mas o projeto parou.

As 64 famílias vivem praticamente isoladas. Nas casas do núcleo não há TV e o culto na igreja evangélica é a única atração, segundo Nildiana Campos, de 17 anos, mãe de um menino de 14 meses. O líder Hilário Martins, de 60 anos, crê que a escrituração das terras dará segurança à comunidade. "Podemos financiar a lavoura". Segundo ele, os jovens estão desistindo de ficar no local.

A história do Jaó remonta a 1850, com a chegada de escravos do Congo. No final do século passado, um fazendeiro doou parte de suas terras ao escravo Joaquim Carneiro. "Aqui sempre teve mais mística do que farta", conta Martins. Fugindo da fome, ele foi trabalhar em São Paulo, onde ficou 18 anos. Quando retornou à aldeia, encontrou as terras invadidas. "Recuperar pai e do nosso chão com muita luta". Hoje, quilombolas como Sônia José de Lima, de 32 anos, dependem dos fazendeiros vizinhos para sobreviver. "Lançando quase dois salários como atorista, ele é uma exceção. "Para muitos aqui a escravidão não acabou".



O neto de escravos Sebastião Furquim Rodrigues, de 71 anos, com bambu, de produz artefatos para posse

Jose Maria Tomazela/AF



Maria Aparecida Rosa de Aguiar, a Cida, líder do Cafundó. "Não podemos fazer nada para impedir invasão, tudo está na Justiça"

Jose Maria Tomazela/AF

Jose Maria Tomazela/AF

Cafundó enfrenta invasão de "estranhos" em núcleo

CAFUNDÓ - O quilombo do Cafundó, em Salto de Pirapora, acaba de perder mais um pouco de suas terras escassas. Três famílias estranhas ao núcleo construíram casas e alojaram-se na área da aldeia. Os novos moradores dizem que adquiriram a posse de um fazendeiro e a prefeitura autorizou a construção das moradias. "Não podemos fazer nada para impedir a invasão porque essa parte da terra está na Justiça", disse Maria Aparecida Rosa de Aguiar, a Cida, líder do Cafundó.

quibundo ficano. O Cafundó só não teve o mesmo destino do outro quilombo porque suas terras, arenosas, são ruins para a agricultura. Mesmo assim, das centenas de a queleiros que receberam em doação a comunidade mantém 7,65. Em 1990, a Secretaria da Cultura do Estado tombou a aldeia e as terras dos em ornos, totalizando 80 alqueires. A e agora, segundo Cida, o tombante do Iestep só no papel. A Procuradoria do Estado entrou com duas ações reivindicando as terras,

COMUNIDADE.
MANTÉM
LÍNGUA
AFRICANA

mas a demora causou o desânimo. "Ambunde viviam cumbara pirarão cocumbá uyara", fala Cida, na língua dos negros, contando que "os homens vão trabalhar fora para não passar fome".

A civilização trouxe a luz elétrica, a televisão e o gás de cozinha, mas não aboliu antigos costumes como o uso das ervas e o fogão de lenha. Mas a cupúbia é a maior riqueza do Cafundó e mereceu um detalhado estudo do linguista Carlos Voght, ex-reitor da Unicamp, no livro *Cafundó, a África no Brasil*.

O sonho da terra fez com que famílias voltassem para a comunidade. Noel Rosa, irmão da Cida, havia se mudado para Sorocaba, mas voltou. "O problema é a falta de escola." Para estudar, as crianças andam 2 quilômetros até a estrada, onde passa o ônibus da prefeitura. (J.M.T.)



Dião: queixa pelo abandono da igreja de antepassados



Michel, de 9 anos, reclama da falta de diversão

Igreja erguida por escravos é símbolo de Ivaporunduva

Líder critica descaso do Condephaat com construção de taipa, de 1791, que está ruindo

IVAPORUNDUVA - O maior símbolo do quilombo de Ivaporunduva, a igreja construída pelos escravos durante uma de 60 anos, começou em 1630 e foi concluída em 1791, está ruindo. A infiltração de água, comprometeu a estrutura que sustenta o telhado e derrubou parte das paredes de taipa-de-pilão.

O presidente da Associação Quilombo de Ivaporunduva, Benedito Alves da Silva, o Ditão, de 42 anos, nascido e criado na vila, critica o descaso do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado (Condephaat). "Eles não fazem nada e não deixam a gente consertar." O cenário do núcleo, também tombado, sofre o mesmo abandono. O Condephaat alega não ter recursos.

As 70 famílias do núcleo descendem de escravos levados à região por aventureiros em busca de ouro. Muitos foram repassados a fazendeiros que plantavam arroz. As terras foram abandonadas e declaradas devolutas, mas os escravos e seus descendentes permaneceram na vila. Uma parte foi ocupada depois por agricultores e criadores de gado. "Tem até empresas de mineração aqui", conta Ditão.

A associação do Ivaporunduva foi a primeira a entrar na Justiça pedindo a demarcação das terras, com base na Constituição. "Estamos reivindicando 3,2 mil hectares, mas a maior parte é área de mata", diz Ditão. As famílias vivem de culturas de subsistência, como milho, mandioca, arroz e feijão. Algumas criam galinhas e porcos. Vacas e cavalos são raros. A pesca da traíra, mandi e cascudo no Rio Ribeira de Iguape garante alimento o ano inteiro. "Tem projetos para desenvolver a piscicultura, apicultura e o manejo sustentável do palmito, mas primeiro é preciso acatar as terras".

O quilombo vive semi-isolado. O único acesso é pelo rio, atravessado em precárias canoas escavadas na madeira. Só a habilidade do barqueiro Edison Pedrosa da Silva evita que o barco rode na correnteza.

Crianças e adolescentes atravessam o rio todo dia para ir à escola no bairro Itapeva. Se chove, correm o risco de não voltar para casa. Marivalva, de 10 anos, e Michele, de 9, reclamam da falta de diversão. Uma antena parabólica garante as imagens da única TV colorida do núcleo.

Ditão garante que as comunidades quilombolas estão unidas, agora. "O que uma consegue, repassa para as outras." Uma das lutas é contra o projeto de construção de três represas no Ribeira, que inundariam terras dos quilombos. O presidente da associação do quilombo de Pedro Cubas, César Gomes da Silva Júnior, confirma a união. "A luta de todos é a mesma." Pedro Cubas reivindica mil alqueires. São terras que o neto de escravos Sebastião Furquim Rodrigues, de 71 anos, conhece bem. Descalço, andou por todas as matas em busca de caça e palmito. "Meu pé não aceita botina." Com bambu, ele teve covas, artefatos usados para pesca. (J.M.T.)